



**ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ - ADUFPI**

**GRUPO DE TRABALHO DE POLÍTICAS DE CLASSE PARA AS QUESTÕES ÉTNICO-RACIAIS, GÊNERO E DIVERSIDADE SEXUAL (GTPCEGDS)**

Teresina, 09 de novembro de 2023

**NOTA DE ANÁLISE DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ (UFPI)**

A iniciativa da Universidade Federal do Piauí (UFPI) de criar um Grupo de Trabalho (GT) para enfrentar a violência de gênero na instituição, por meio do Ato da Reitoria nº 156/2023, surge das reivindicações da comunidade acadêmica em relação ao combate à violência de gênero na UFPI.

O processo de organização, planejamento e implementação do GT excluiu pesquisadoras dedicadas ao estudo das temáticas de gênero, sexualidade, feminismos, violência de gênero, entre outras, assim como o Núcleo de Estudos em Gênero e Desenvolvimento (Engendre) e outros núcleos e grupos de pesquisa. Isso reflete uma forte resistência em abrir espaço para aqueles que pesquisam e militam neste campo demonstrando fragilidade técnica, acadêmica e política no processo de formação e implementação do GT.

No que diz respeito à representação sindical, a ADUFPI participou dos primeiros meses, porém a representação solicitou formalmente a saída do grupo de trabalho, justificada por divergências na interpretação de concepção, atribuições e ações desenvolvidas pelo GT. Em relação à representação estudantil, é notável a presença limitada de estudantes nesse espaço.

É importante ressaltar que o GT tem, na maioria dos seus participantes, representantes da administração superior, alguns dos quais não têm relação direta com a área de estudos, com os movimentos sociais e com a elaboração ou implementação de protocolos ou políticas na área de gênero, diversidade e de combate à violência de gênero.

Dessa forma, o processo de implantação, planejamento e implementação do GT iniciou recebendo questionamentos técnico-administrativos e sugestões da comunidade acadêmica. Em seguida, adotou a estratégia de recomendar a criação de comissões de enfrentamento à violência de gênero em cada centro e campus da UFPI para abordar a questão da violência na universidade.

Essa abordagem foi frágil no processo de diálogo e participação política dos atores mais implicados com o tema em nossa comunidade acadêmica e, em nossa análise, serviu como um obstáculo à participação efetiva de diversos setores da universidade.

A participação política por meio de sugestões não tem gerado espaços pedagógicos e políticos sólidos, além de não garantir que estes sejam acolhidos e implementados. Além disso, a realização de uma audiência pública, na qual o tempo das contribuições dos participantes foi escasso, ilustra a falta de comunicação, abertura para o diálogo e participação política da comunidade acadêmica no GT.

O GT lançou uma pesquisa para entender a percepção da comunidade acadêmica sobre a violência de gênero. O objetivo principal desta pesquisa foi coletar informações para apoiar a elaboração de políticas institucionais para combater desigualdades e violências de gênero na UFPI. Foi apresentado, via Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas, um questionário de diagnóstico da percepção dos estudantes, técnico-administrativos e docentes sobre a questão da violência de gênero.

O questionário apresentou uma série de inconsistências éticas. Não foi apresentada a aprovação no Comitê de Ética de Pesquisa (CEP) do respectivo projeto de pesquisa ao qual o questionário está vinculado, bem como não foi apresentado o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) para participantes da pesquisa.

A exposição do nome da e do respondente ao abrir o questionário, que trata de um tema sensível como as experiências de violência de gênero na instituição, é preocupante e grave, induzindo ao medo e à preocupação sobre quem terá acesso a esses dados, entre outras questões.

### ***Sobre os objetivos e operacionalização da pesquisa***

A ausência de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e da apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) demonstra fragilidade técnica, acadêmica e ética dos respectivos pesquisa e questionário de coleta de dados. Além disso, parece incoerente aplicar um questionário que supostamente coleta dados para a elaboração de uma política de combate à violência ao mesmo tempo em que se apresenta à comunidade acadêmica uma minuta dessa política. Isso levanta dúvidas sobre o propósito do GT, da pesquisa e sugere um uso estratégico e vazio de uma suposta escuta que, quando examinada de perto, parece inexistente.

### ***Análise da Proposta de Política Institucional de Enfrentamento à Violência de Gênero na UFPI***

A Política Institucional de Enfrentamento à Violência de Gênero na UFPI não considera o campo dos direitos humanos, a prevenção ao racismo, xenofobia, sexismo, capacitismo, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, violência sexual e os casos de assédio moral e sexual na UFPI.

Dessa forma, é necessário desenvolver uma política institucional que abranja todas as dimensões acima descritas de forma interseccional, permitindo desenvolver um conjunto de ações institucionais

permanentes que visa promover a erradicação das violências institucionais baseadas em estereótipos de gênero, geração, diversidade afetivo-sexual, étnico-raciais, de capacidade, de religião, entre outras.

Desta forma, é necessário ponderar que:

No que concerne à Política Institucional de Enfretamento à Violência de Gênero na UFPI, o texto transforma em sinônimo o conceito de gênero com a categoria mulher, reduzindo-a ao sexo biológico. É importante ressaltar que o conceito de gênero é mais abrangente, e o texto parece misturar esses termos de forma a sugerir que são correlatos ou sinônimos - o que não é o caso.

Considerando a Política Institucional de Enfretamento à Violência de Gênero na UFPI em seu artigo 2, a redação não faz menção à investigação e punição de casos de violência, abordando genericamente o enfrentamento (que não necessariamente implica investigação) e a prevenção. Além disso, neste artigo, a violência de gênero não é definida, mas são oferecidos exemplos das formas dessa violência.

No artigo sobre a organização da política, há uma confusão entre o que é uma política e o que são protocolos. Os programas apresentados parecem desempenhar mais o papel de eixos estruturadores da política do que programas propriamente ditos. É notável que o "programa de acolhimento e acompanhamento", composto apenas pela Ouvidoria e pela Pró-reitora de Recursos Humanos, seja responsável por criar o protocolo "para a definição de fluxos e a criação do espaço permanente de referência para o recebimento das denúncias e o registro institucional, a fim de garantir a escuta ativa e os encaminhamentos às mulheres". Ou seja, o elemento mais crucial no processo de escuta e apuração dos casos não prevê a participação da comunidade em sua elaboração, além de existir uma confusão entre protocolos e fluxos.

Alertamos que, considerando a política de enfrentamento:

É de suma importância desenvolver formação política, educação permanente, bem como acolher possíveis demandas de violência moral e sexual.

É fundamental abordar processos e procedimentos relacionados às denúncias de violência de gênero e contra a mulher, bem como de racismo, heterossexismo, sexismo, etnocentrismo, capacitismo e assédio moral e sexual. Isso deve ser abordado desde o registro inicial na Ouvidoria ou em outro setor da universidade até a sua conclusão no âmbito da UFPI.

É necessário desenvolver espaços permanentes de formação crítica sobre assédio moral e sexual na UFPI; realizar diagnóstico institucional das práticas de assédio e discriminação; institucionalizar a regulamentação e protocolos de enfrentamento à violência de gênero e contra a mulher; enfrentamento ao racismo; enfrentamento à LGBTQIA+fobia, ao heterossexismo e à intolerância religiosa; assédio moral e sexual.

As políticas institucionais da UFPI deverão contemplar nas suas diretrizes, objetivos, programas e ações referentes a gênero, raça, etnia, sexualidade e diversidade sexual, geração, necessidades especiais, dentre outras temáticas inerentes ao campo dos Direitos Humanos e Cidadania. Isto é, faz-se necessária a organização do Sistema de Combate e Enfretamento ao racismo, ao sexismo, à xenofobia, ao capacitismo, à LGBTQIA+fobia e à intolerância religiosa, violência sexual e moral e assédio sexual e moral na UFPI.

A UFPI deve atuar proativamente na detecção de casos de racismo, sexismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQI+fobia e intolerância religiosa, violência sexual e moral e assédio moral e sexual.

Finalmente, defendemos a organização dos canais de denúncia com protocolos consistentes para obtenção e consolidação das informações, com proteção da identidade de todas as pessoas envolvidas, estruturação (sistematização) do recebimento da denúncia, triagem e investigação de denúncias de racismo, sexismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, violência sexual e moral e assédio moral e sexual com fluxo processual e protocolos específicos, realização de procedimentos de análise da admissibilidade das denúncias acima elencadas com critérios objetivos e transparentes, estabelecimento de procedimentos detalhados e cuidadosos para acompanhamento da ou do denunciante dos encaminhamentos da denúncia, adoção de mecanismos de proteção da ou do denunciante contra possíveis casos de racismo, sexismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQIA+fobia, a intolerância religiosa, violência sexual e moral e assédio moral e sexual.

Outra dimensão importante é inserir no site oficial e outros canais de comunicação as orientações sobre acolhimento e denúncia de possíveis casos de racismo, sexismo, xenofobia, capacitismo, LGBTQIA+fobia, intolerância religiosa, violência sexual e moral e assédio moral e sexual.

### ***Conclusão***

O Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência de Gênero na UFPI elaborou a minuta de forma unilateral, sem buscar um diálogo mais amplo com a comunidade acadêmica, sem consulta aos movimentos sociais, sem compartilhar os resultados do diagnóstico da violência de gênero, propondo uma minuta da política de enfrentamento à violência de gênero sem levar em consideração a interseccionalidade de gênero, raça, etnia e classe social, desconsiderando a necessidade de construção coletiva em nossa instituição de ensino.

Reiteramos a nossa compreensão de que o Grupo de Trabalho de Enfrentamento à Violência de Gênero na UFPI deva prosseguir e continuar suas discussões e debates, ampliando o diálogo com a comunidade acadêmica e os movimentos sociais.

Reconhecemos que o primeiro passo desse processo é a apresentação dos dados coletados pelo diagnóstico situacional do racismo, da xenofobia, do sexismo, do capacitismo, da LGBTQIA+fobia, da intolerância religiosa, da violência sexual e de casos de assédio moral e sexual em nossa instituição de ensino.

Sugerimos a criação de fóruns com participação política ampliada de cada centro e *campus*, participação da ADUFPI, Sindicato dos trabalhadores da UFPI (SINTUFPI) e Diretório Central de Estudantes (DCE) da UFPI, convite aos movimentos feministas, negros e LGBTQIA+ a fim de garantir que essas necessidades sejam consideradas no processo de elaboração, planejamento, implementação e implantação da política.